

De: Assessoria Internacional - CGU
Assunto: [Boletim CGU Internacional] 4ª edição - set/out 2019



EDIÇÃO 4
SET/OUT 2019

ATIVIDADES INTERNACIONAIS EM EVIDÊNCIA

A quarta edição do CGU Internacional traz, além da tradicional movimentação dos servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) nas reuniões internacionais, notícias sobre eventos dessa natureza organizados pela CGU, como a Segunda Reunião da Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional da América Latina e Caribe e a XV Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul.

A atuação da CGU na temática de educação também chamou a atenção de foros internacionais. É o caso do Programa “Um Por Todos e Todos Por Um”, que foi apresentado em duas conferências promovidas pelas Nações Unidas. Além disso, em evento internacional acadêmico, destaca-se o grupo de servidores que tiveram artigos apresentados na Espanha.

As notícias desta edição foram fruto das contribuições dos participantes da CGU em eventos internacionais ocorridos em setembro e outubro de 2019. A Assessoria Internacional permanece à disposição para receber sugestões e contribuições ao boletim por meio do e-mail assessoria.internacional@cgu.gov.br.

NOTÍCIAS

CGU CRIA PAINEL DE RECOMENDAÇÕES DE FOROS INTERNACIONAIS

A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação, criou o Painel de Recomendações de Foros Internacionais, ferramenta de transparência ativa que reúne orientações recebidas dos mecanismos de avaliação da implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA), da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (ONU) e da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OCDE).

Os mecanismos analisam, periodicamente, se os marcos jurídicos e as instituições brasileiras estão de acordo com os respectivos dispositivos internacionais e se são efetivos para o combate à corrupção. É a partir desse monitoramento que os peritos avaliadores elaboram as recomendações com medidas a serem adotadas ou aperfeiçoadas pelo país avaliado.

A ferramenta permite ao público interessado acessar o conteúdo das mais de 280 recomendações recebidas e acompanhar detalhes do cumprimento. É possível filtrar as informações por temas, palavras-chaves, órgãos públicos envolvidos e tipos de recomendação. O painel está disponível para acesso em <http://paineis.cgu.gov.br/recomendacoesinternacionais/index.htm>.

Em 29 de agosto, o Painel foi apresentado no Comitê Técnico do [Comitê Interministerial de Combate a Corrupção](#), coordenado pela CGU. Busca-se, com isso, que as recomendações ainda não cumpridas pelo Brasil façam parte do plano de ação do grupo do qual também fazem parte o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Economia, a Chefia do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a Advocacia-Geral da União e o Banco Central do Brasil.

CGU RECEBE MISSÃO DO “INFORMATION COMMISSIONER OFFICE” DO REINO UNIDO

No dia 20 de setembro, a CGU recebeu missão do Information Commissioner Office do Reino Unido, formada pelo diretor de dados pessoais, Rory Munro, e o Assessor e Secretário Executivo da Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação, Alain Kapper. Recebidos pela Ouvidoria-Geral da União, a missão teve como objetivo iniciar os ajustes necessários para que o Brasil sedie, em 2020, a maior conferência internacional de Acesso à Informação do mundo, bem como sua reunião deliberativa.

O evento, que ocorrerá em Brasília, será aberto, e contará com parcerias da sociedade civil e da academia. Até o momento, está prevista a adoção de resolução sobre transparência de algoritmos na tomada de decisões do Poder Público.



Servidores recebem a missão do Information Commissioner Office.

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

OCDE – SEGUNDA REUNIÃO DA REDE DE AGENTES DE COMBATE AO SUBORNO TRANSNACIONAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE E TREINAMENTO SOBRE “COMBATE À CORRUPÇÃO E SUBORNO TRANSNACIONAL” (Brasília, Brasil, 3-6 de setembro)

A segunda reunião da Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional da América Latina e Caribe (Latin America & Caribbean Anti-Corruption Law Enforcement Network - “LAC LEN”) ocorreu de 3 a 4 de setembro no Ministério das Relações Exteriores (MRE). O encontro foi resultado da parceria entre a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério Público Federal (MPF) e a Divisão Anticorrupção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o apoio das Embaixadas Britânicas na América Central e da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ).

A Rede LAC LEN, estabelecida em 2018 em Buenos Aires, oferece às autoridades da América Latina e do Caribe as ferramentas, a capacidade e a experiência necessárias para investigar e processar com eficácia casos complexos de corrupção, incluindo a corrupção transnacional, proporcionando uma plataforma para o intercâmbio informal de informações e para a busca e facilitação de assistência legal entre seus membros.



Registro oficial do evento com a presença do Ministro Wagner Rosário (CGU), o Ministro Ernesto Araújo (MRE), a então Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, e o Advogado-Geral da União, André Mendonça.

A reunião recebeu mais de 50 agentes e profissionais de 14 países. Representantes da OCDE e da Organização dos Estados Americanos também participaram.

Como demonstra a prática recente da região, a corrupção transnacional é complexa e muitas vezes é praticada com o envolvimento de pessoas jurídicas. Um número crescente de países da América Latina e do Caribe têm promulgado leis sobre a responsabilidade das pessoas jurídicas e outros já iniciaram o processo, de maneira a garantir uma maior responsabilidade pela prática de atos de corrupção e o alinhamento com as convenções internacionais de enfrentamento à corrupção.

A Rede LAC LEN abordou o tema da responsabilidade das pessoas jurídicas pela primeira vez em 2018, destacando a necessidade de aumentar a conscientização e de desenvolver a capacidade dos agentes e das autoridades para investigar e processar efetivamente os casos de corrupção que envolvam pessoas jurídicas. Como consequência, a Rede este ano se dedicou à discussão dos desafios comuns e ao intercâmbio de boas práticas nos seguintes temas: modelos de responsabilidade corporativa na região e suas características; desafios na investigação e na persecução de pessoas jurídicas; valoração da efetividade dos programas de compliance de empresas para prevenir, detectar e resolver casos de corrupção; imposição e execução de sanções contra pessoas jurídicas, incluindo resoluções extrajudiciais; e cooperação e coordenação em casos de corrupção multijurisdicionais envolvendo pessoas jurídicas.

Em virtude da importância do assunto, a Rede LAC LEN decidiu elaborar conjuntamente um estudo comparado sobre os diferentes regimes de responsabilidade de pessoas jurídicas por atos de corrupção existentes na América Latina e Caribe, com vistas a obter uma melhor compreensão sobre esses temas e assim fortalecer a aplicação de leis anticorrupção na região.

A reunião da Rede LAC LEN foi seguida de treinamento sobre “Combate à Corrupção e Suborno Transnacional” (5 e 6 de setembro de 2019) organizada pela CGU, AGU, MPF e MRE em conjunto com os seguintes órgãos estado-unidenses: o Departamento de Justiça (DOJ), a Departamento Federal de Investigação (FBI) e a Comissão de Valores Mobiliários (SEC).

O treinamento teve mais de 200 inscritos, que assistiram a palestras sobre os temas: detecção de casos de suborno transnacional; padrões e esquemas de suborno transnacional; papel das agências na detecção e sanção de suborno transnacional; negociação de acordos; trabalho com autoridades estrangeiras; mecanismos formais para reunir provas no exterior e recuperação de ativos provenientes de corrupção.

ONU – SESSÃO DO GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA UNCAC E REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
(Viena, Áustria, 2-6 de setembro)

Entre os dias 2 e 6 de setembro de 2019, ocorreram a 10ª Sessão do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) e a 10ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção. A servidora Mônica Bulhões (AINT) representou a CGU nos encontros.

Na Sessão do Grupo de Revisão, o Secretariado apresentou relatório temático sobre a implementação do Capítulo II da UNCAC – que trata de medidas preventivas contra a corrupção – baseado nas informações de 25 países que já foram avaliados no respectivo capítulo. Interessante notar que o artigo 7º da UNCAC que trata de medidas preventivas no Setor Público – o qual inclui procedimentos de seleção e remuneração de servidores públicos, critérios de candidatura para eleição de cargos públicos e sistemas de prevenção de conflito de interesses – foi o dispositivo com o maior número de Estados Partes com recomendações (24 Estados) totalizando 73 recomendações. A tabela a seguir exhibe os tipos de desafios encontrados pelos avaliadores na implementação do artigo 7º:

Dispositivo da UNCAC	Obrigação	Desafios (com base nos 25 países que foram avaliados até junho/2019)
Artigo 7º, parágrafo 1º	Adoção de sistemas de convocação, contratação, retenção, promoção e aposentadoria de funcionários públicos	- Falta de procedimentos adequados para a seleção e treinamento de indivíduos para cargos públicos especialmente considerados vulneráveis à corrupção; - Transparência insuficiente no recrutamento de servidores públicos, incluindo a falta de métodos objetivos, pouca visibilidade das vagas disponíveis e procedimentos recursais inadequados para candidatos reprovados.
Artigo 7º, parágrafos 2º e 3º	Estabelecimento de critérios para a candidatura e eleição a cargos públicos e transparência relativa ao financiamento de candidaturas a cargos públicos eletivos e de partidos políticos	- Critérios inadequados referentes a candidaturas e à eleição para cargo público; - Falta de legislação abrangente ou de medidas administrativas para regular o financiamento de candidaturas a cargos públicos e de partidos políticos, incluindo temas como doações privadas e divulgação de doações.
Artigo 7º, parágrafo 4º	Adoção de sistemas destinados a promover a transparência e a prevenir conflitos de interesses, ou a manter e fortalecer tais sistemas	- Falta de legislação ou de mecanismos para prevenir ou regular conflitos de interesse.

O relatório, que ainda traz as observações detalhadas do Secretariado para cada grupo de artigos do Capítulo II da UNCAC, está disponível em:

<https://www.unodc.org/documents/treaties/UNCAC/WorkingGroups/ImplementationReviewGroup/2-4September2019/V1905762e.pdf>

É importante lembrar que o Brasil ainda será avaliado quanto às disposições do Capítulo II da UNCAC. A CGU está coordenando o processo de elaboração de respostas a questionário dos Capítulos II (medidas preventivas) e V (recuperação de ativos), que compreende a etapa inicial do segundo ciclo avaliativo do país perante a Convenção. Mais de 15 instituições e as áreas técnicas da CGU estão colaborando com informações e dados estatísticos. A etapa seguinte do processo será marcada por visita técnica de expertos de Portugal e do México, países que avaliarão o Brasil com o apoio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC).

Na Reunião do Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção, apresentou-se estudo intitulado “Lições aprendidas no desenvolvimento, avaliação e impacto das estratégias anti-corrupção (artigo 5 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção)”, que incluiu informações da experiência brasileira com a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), disponível em:

<https://www.unodc.org/documents/treaties/UNCAC/WorkingGroups/workinggroup4/2019-September-4-6/V1904637e.pdf>



Da esquerda para direita: Priscila Busnello (PF), Érika Marena (MJ-DRCI), Natasha Agostini (MRE) e Mônica Bulhões (CGU-AINT), representantes da delegação brasileira.

APEC – 2019 APEC BUSINESS ETHICS FOR SMES FORUM (Santiago, Chile, 9-10 de setembro)

Alexandre Krüger Constantino, da Coordenação-Geral de Integridade Privada (DIACI/STPC), participou da 2019 APEC Business Ethics for SMEs Forum, a convite do Instituto Ética Saúde, parceiro da CGU. O servidor expôs sobre a experiência da CGU no fomento da integridade no setor privado brasileiro.

A apresentação abordou as três grandes frentes de atuação da Coordenação-Geral: o fomento da integridade privada no âmbito dos Acordos de Leniência; o Prêmio Empresa Pró-Ética e a consolidação de parcerias estratégicas.



O servidor Alexandre Constantino apresenta as medidas para o fomento da integridade realizadas pela CGU.

O APEC Business Ethics for SMEs Forum é um encontro anual que envolve os países membros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC).

A APEC é um fórum regional econômico estabelecido em 1989 com o objetivo de impulsionar a crescente interdependência da Ásia-Pacífico. O fórum tem 21 membros e visa promover o livre comércio e a cooperação econômica em toda a região. Os membros assumem compromissos para garantir que mercadorias, serviços, investimentos e pessoas possam circular livremente entre suas fronteiras.

Anualmente os encontros da APEC ocorrem em algum de seus membros, sendo o Chile o atual país-sede. O objetivo do Business Ethics for SMEs Forum foi discutir a ética empresarial no âmbito de pequenas e médias empresas, razão pela qual o trabalho da CGU chamou a atenção dos organizadores.

Houve celebração de pactos e acordos entre as Economias envolvidas e a troca de experiências sobre o tema tanto por parte de representantes do setor privado quanto do setor público. O Brasil não é membro da APEC, mas participou deste evento na condição de convidado especial.

BENCHMARKING SOBRE LOBBYING E ÉTICA NOS ESTADOS UNIDOS (Washington D.C., Estados Unidos, 30 de setembro a 4 de outubro)

O Diretor de Prevenção à Corrupção (DPC/STPC), Márcio Denys Gonçalves, e a Coordenadora-Geral de Ética Pública e Prevenção de Conflito de Interesses, Tatiana Petry, visitaram, em Washington D.C., entre 30 de setembro e 4 de outubro, órgãos do governo norte-americano, instituições acadêmicas e representantes do setor privado a fim de coletar diferentes perspectivas e experiências relacionadas à implementação da Lobbying Disclosure Act - LDA (1995) e ao funcionamento do sistema de ética e conflito de interesses no âmbito do governo federal dos Estados Unidos.

As visitas fazem parte da estratégia de atuação da DPC, uma vez que está atuando na elaboração de normativos para dar transparência à representação de interesses - lobby no âmbito do Poder Executivo Federal e para regulamentar a Lei de Conflito de Interesses – Lei 12.813/2013, a fim de avançar com a promoção da ética e da integridade pública no governo brasileiro.

Dentre os encontros, destacou-se a visita ao Public Records Ethical Committee, do Senado, onde foi apresentado o sistema para recebimento de relatórios dos lobistas registrados, os desafios para tratamento das informações e perspectivas futuras sobre a regulamentação de lobby nos Estados Unidos. No Office of Government Ethics, responsável pela coordenação do sistema de ética no Poder Executivo, foram apresentadas as estratégias para disseminação da ética e prevenção de conflito de interesses. Em visita à US Chamber of Commerce, representantes do setor privado falaram sobre o impacto da LDA nos negócios e as obrigações que os lobistas têm frente à Lei. Representante do Americas Business Dialogue – ABD, iniciativa privada que tem por finalidade a promoção do diálogo entre governo e setor privado no continente Americano, falou sobre a importância de promover a transparência nas relações público-privadas e o impacto positivo que tal normatização pode gerar no mercado brasileiro.

ONU – “UM POR TODOS E TODOS POR UM” É APRESENTADO EM EVENTOS DO UNODC E DA UNESCO (Viena, Áustria, 8 de outubro – Zacatecas, México, 28-29 de outubro)

O Diretor de Transparência e Controle Social, Otávio Neves, juntamente com o Coordenador-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social, Adenísio Álvaro de Souza, participaram da conferência de alto nível Education for Rule of Law, Inspire. Change. Together, que faz parte da iniciativa de Educação para a Justiça (E4J) do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). O evento reuniu acadêmicos, educadores e colaboradores de todo o mundo para tratar do tema da educação no estado de direito.

A educação é fundamental para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável deste ano, observou-se que os Estados Membros, Organizações Internacionais,



O Diretor de Transparência e Controle Social, Otávio Neves, apresentando o “Um Por Todos e Todos Por Um”.

Sociedade Civil e Academia não estão apenas tomando medidas para implementar os ODS, mas também estão usando cada vez mais a educação como um meio para alcançá-los.

Quando o 13º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal adotou a Declaração de Doha em 2015 (o primeiro documento político que vincula especificamente a educação à prevenção do crime, justiça criminal e Estado de Direito), o UNODC teve ainda mais poder para trabalhar com novas partes interessadas, educadores e acadêmicos para promover e fortalecer o estado de direito em todo o mundo.

Com apoio do Estado do Catar, o UNODC desenvolveu o Programa Global para a Implementação da Declaração de Doha, da qual a iniciativa E4J é um componente importante. É dentro dessa estrutura que se explora e se discute as inúmeras ferramentas educacionais desenvolvidas em conjunto com acadêmicos de todo o mundo.

A E4J foi lançada em 2016 e apresentou inúmeras oportunidades de trabalhar em estreita colaboração com acadêmicos e educadores. Reconhecendo a importância das parcerias globais para o desenvolvimento sustentável (ODS17), centenas de acadêmicos criaram conjuntamente material didático que poderia contribuir para o ODS16 (paz, justiça e instituições fortes). A experiência resultou em um portfólio de material educacional, incluindo mais de 90 módulos universitários revisados por pares, consistindo em mais de 4.000 páginas imprimíveis, disponíveis on-line e já utilizadas por professores de todo o mundo. No entanto, há o interesse de que esses recursos exclusivos permaneçam sustentáveis e em constante melhoria.

O objetivo do evento foi incentivar e apresentar ferramentas para discussões estimulantes com colegas de vários países e da ONU sobre como a academia, as instituições e as Nações Unidas podem trabalhar juntas para alcançar os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente ODS 16.

Os servidores foram convidados a apresentar o Programa “Um Por Todos e Todos Por Um” como uma das iniciativas de promoção da ética, cidadania e combate a corrupção para crianças. A fala ocorreu na Breakout Session, no dia 8 de outubro, que teve como tema: “*A literary experience to introducing the rule of law to children and youth*”.

O Programa também foi apresentado em Zacatecas, México, na oficina “Promoviendo el estado de derecho a través de la educación en América Latina y el Caribe: un taller regional de desarrollo de capacidades”, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em parceria com o UNODC. A oficina ocorreu nos dias 28 e 29 de outubro e reuniu gestores de políticas públicas, formadores de docentes, pesquisadores e educadores da região para discutir o fomento do estado de direito através da educação. A servidora Larissa Andrade, da Coordenação-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social, realizou a apresentação.

A participação da CGU nesses encontros destaca a notoriedade do Programa “Um Por Todos e Todos Por Um” nas pautas internacionais da educação. A utilização de livros didáticos fornece elementos úteis sobre questões relacionadas ao estado de direito e ao desenvolvimento sustentável: os livros e a literatura infantil têm o potencial de permitir que jovens leitores

aprendam sobre esses conceitos de forma personificada, impactante e relevante, uma vez que a narração de histórias evoca as emoções do leitor e incentiva respostas pessoais a questões universais.

MERCOSUL - XV REUNIÃO ESPECIALIZADA DE ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS DE CONTROLE INTERNO DO MERCOSUL

(Florianópolis, Brasil, 8-10 de outubro)

Representantes dos órgãos de auditoria interna do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai encontraram-se para a XV Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul (REOGCI), sediada pelo Brasil e coordenada pela Secretaria de Federal de Controle Interno da CGU, com o apoio da Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina. A XV edição da REOGCI ocorreu de 8 a 10 de outubro, em Florianópolis, Santa Catarina.

A REOGCI reúne os organismos de Controle Interno dos países membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) do Mercosul e se traduz na realização de duas reuniões simultâneas – uma chamada “Reunião Especializada” e outra denominada “Reunião do Comitê Técnico”, que buscam o intercâmbio de conhecimento sobre a temática Controle Interno.

Criada no âmbito do Mercosul, a REOGCI busca estabelecer uma agenda comum que permita a troca de experiências tendentes à melhoria dos órgãos de controle interno da Região. O objetivo é criar relações de cooperação científica, técnica e operacional na área de controle interno da gestão governamental, dentro de uma estrutura de trabalho conjunta para o fortalecimento dos controles e a uniformidade de critérios.

A CGU representa o Brasil na REOGCI. O Secretário Federal de Controle Interno é membro titular e é coordenador nacional da temática controle interno.

As atividades tiveram apresentações e discussões entre os membros sobre as perspectivas e contribuições da auditoria interna no combate à corrupção, além de exposições de dados de mensuração dos benefícios resultantes das ações da auditoria interna. As apresentações podem ser acessadas no link <http://www.reogci.org/XV-reunion.asp>.



Representantes da CGU juntamente com os membros da REOGCI.

24º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AUDITORIA INTERNA 2019

(Assunção, Paraguai, 20-23 de outubro)

Os servidores da Secretaria Federal de Controle Interno, André Luiz Monteiro da Rocha e Fábio Silva Vasconcelos, participaram do 24º Congresso Latino-americano de Auditoria Interna (CLAI 2019), na cidade de Assunção, Paraguai.

O evento teve como enfoque principal aspectos de como a revolução digital afeta a profissão de auditoria e como isso obriga as auditorias internas a submergir em um mundo tecnológico, desenvolvendo novas habilidades e capacidades para se adaptar a este novo paradigma.

O CLAI 2019 contou com palestras e painéis de cunho geral e outras de caráter mais específicos realizadas simultaneamente, abrangendo quatro temas: 1. Auditoria Interna; 2. Governo, Riscos e Compliance; 3. Tecnologia da Informação e Fraude e 4. Setor Público.

A palestra “Auditoria 4.0: Auditoria Ágil”, apresentada pelo brasileiro Marcus Zabeu, destacou-se por tratar da experiência do Banco Itaú na aplicação de modelos ágeis de auditoria. O processo iniciou em 2017 no Banco e tem mostrado resultados nas auditorias de tecnologia da informação e cyber segurança.

Destacou-se também a apresentação “Processos de Pensamento de TOC”, do equatoriano Fausto Racines, da Audicoaudi, que tratou da Teoria das Restrições (TOC), conceito até então pouco conhecido na comunidade de auditores, mas já utilizado em outras áreas. Trata-se de uma teoria aplicada às organizações que afirma que, em um dado momento no tempo, pelo menos uma restrição limita a performance do processo organizacional em relação à sua meta. Essas restrições podem ser classificadas em diferentes aspectos para gerir a performance do processo. A restrição deve ser identificada e administrada corretamente. Difere do conceito de risco, pois a restrição está sendo materializada e atuando de forma negativa no atingimento dos objetivos da organização.



O presidente do FLAI Jorge Badillo, na cerimônia de encerramento.

EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

IACA - REGIONAL SUMMER ACADEMY - CENTRAL AND SOUTH AMERICA (São Paulo, Brasil, 20-27 de setembro)

A *Regional Summer Academy - Central and South America*, promovido pela *International Anti-Corruption Academy (IACA)*, reuniu 70 profissionais de 12 países, tanto da iniciativa pública quanto privada, ligados aos temas de compliance e combate à corrupção. Três servidores da CGU participaram do evento: Antonio Lazaro Soares do Amparo, da Regional da Bahia, Leandro dos Santos de

Souza, da Secretaria de Combate à Corrupção (SCC) e Rodrigo Abijaodi Lopes de Vasconcellos, da Corregedoria-Geral da União (CRG).

Na cerimônia de abertura, foram proferidos discursos da representante da IACA, a Sra. Yoojin Choi; do Coordenador-Geral de Informações Estratégicas Substituto (SCC), Leandro dos Santos de Souza; e do Sr. Martim Della Valle, Fundador do instituto Zenith Source e professor colaborador da IACA.

Em sua fala, Leandro Souza destacou a importância do constante aperfeiçoamento normativo e institucional na luta contra a corrupção, mencionando a recente criação da Secretaria de Combate à Corrupção na CGU. Em especial, enfatizou a importância do uso da ciência de dados no combate e prevenção à corrupção; a celebração dos Acordos de Leniência, que têm resultado em expressiva recuperação financeira, além da realização das operações conjuntas com o Ministério Público e a Polícia Federal no combate à corrupção.

O curso abordou aspectos formais acerca do fenômeno da corrupção com enfoque tanto acadêmico quanto prático das áreas de prevenção, *compliance*, gestão de riscos e combate à corrupção. Algumas iniciativas apareceram de forma recorrente na fala dos professores, como a importância de normas claras de proteção ao denunciante; a responsabilização da pessoa jurídica; os mecanismos administrativos de responsabilização de entes privados que estimulem o auto reporte; a importância dos acordos de cooperação internacional na persecução dos crimes de corrupção que hoje são, em essência, transfronteiriços; e o papel do estado e da iniciativa privada de estimular ambientes nos quais impere a cultura da ética e da probidade administrativa nos negócios, sejam entre particulares ou entre particulares e o governo.

No contexto de desafios no combate à corrupção, foram indicados os pilares considerados fundamentais para a defesa do Estado: a independência do Judiciário; os programas de gestão de risco; a independência do Controle Interno; a capacitação dos auditores; a proteção ao denunciante; a disponibilidade de ferramentas tecnológicas e de treinamento de pessoal; a capacidade e independência nas investigações; e a existência dos programas de integridade.



Os participantes do curso promovido pela IACA representaram 12 países das Américas Central e do Sul.

**GIGAPP - X CONGRESO INTERNACIONAL EN GOBIERNO, ADMINISTRACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS
(Madri e Getafe, Espanha, 24 a 27 de setembro)**



Da esquerda para a direita, estão os participantes: Diones Rocha (TCU), Robson Zuccolotto (UFES), Jesus Rendon (Gigapp), Yadira Pérez (Gigapp), Vanessa Constanti (CGU), Lucas Leite (CGU), Vinícius Pereira (CGU), Ludmila Souza (UnB) e Janilson Suzart (CGU).

O Grupo de Investigación em Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) é uma iniciativa acadêmica baseada nos valores de abertura, rigor, conhecimento aplicado e inovação. Atualmente é formado por uma comunidade de mais de 1.000 pesquisadores internacionais que desenvolvem pesquisa, ensino, divulgação acadêmica e assistência técnica em governança, gestão pública e análise de políticas públicas.

O X Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas ocorreu nas cidades de Madri e Getafe, na Espanha, nos dias 24 a 27 de setembro. Os servidores da Secretaria Federal de Controle (SFC) Lucas Leite (CGPEC/DE), Vanessa Constanti (CGTIC/DI) e Vinicius Pereira (CGPEC/DE) participaram do evento, apresentando artigos sob a orientação do servidor Janilson Suzart (CGPEC/DE). Diones Rocha (Tribunal de Contas da União), Ludmila Souza (Universidade de Brasília) e Robson Zuccolotto (Universidade Federal do Espírito Santo) foram coautores.

Os artigos foram frutos do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Auditoria Financeira, realizado pelo Instituto Serzedelo Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU).

O trabalho apresentado por Lucas Leite tem como título: “A evidenciação de passivos atuariais de empresas públicas federais e os fatores que influenciam essa contabilização”. O artigo destaca que apenas 50% das empresas analisadas divulgaram informações sobre seus passivos atuariais, sendo tal divulgação realizada por aquelas com maior nível de governança corporativa.

“Análise do desempenho financeiro das empresas estatais federais: um contraponto entre as classificações legais e a dependência de recursos do controlador” é o título do artigo da servidora Vanessa Constanti. Ao analisar a dependência fiscal (conforme Lei Complementar nº 101/2000) versus a dependência de recursos do controlador, o artigo demonstra que a dependência de recursos leva às empresas fiscalmente independentes terem desempenhos financeiros, estatisticamente, iguais aos das empresas fiscalmente dependentes.

O servidor Vinicius Pereira apresentou: “A evidenciação dos investimentos pelos governos nacionais do continente americano e a percepção de risco pelo mercado: um estudo exploratório”. Dentre outros resultados, o artigo demonstra que os países do continente americano, dentre eles o Brasil, vêm buscando a adoção das normas internacionais de Contabilidade e explica que, quanto mais avançada o nível dessa adoção, melhor é percepção de risco por parte do mercado.

Os artigos estão disponíveis em: <https://congresox.gigapp.org/br/program-schedule/program/35/gt-pol-2019-33-estrategias-de-politica-financiera-del-modelo-neoliberal-en-paises-desarrollados-y-en-desarrollo-nuevas-directrices-sobre-el-rol-del-gobierno-conmemorativo-2016-2019>

EVENTOS FUTUROS

Gabinete do Ministro

DEZEMBRO

10-13

Paris, França

OCDE - Working Group on Bribery.

16-20

Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos

Secretaria Federal de Controle Interno

NOVEMBRO

5-7

Paris, França

OCDE - 21ª Reunião do Comitê de Política Regulatória e 13ª Reunião da Rede de Regulação Econômica.

8-22

Roma, Itália

Curso “Boas práticas em compras públicas: conhecendo a experiência europeia para refletir sobre o Brasil”, do 11º Ciclo Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal - Universidade de Roma "Tor Vergata”.

11-14

Brasília, Brasil

Recepção de delegação da Inspeção da Saúde de Moçambique que conhecerá a atuação da Auditoria Interna governamental na área de Saúde.

26-29

Brasília, Brasil

CPLP – IX Conferência Anual dos Organismos Estratégicos de Controle Interno da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

DEZEMBRO

2-13

Copenhague, Dinamarca

Transparência Internacional Brasil - Curso Transparency and Good Governance.

Corregedoria-Geral da União

DEZEMBRO

10-13

Paris, França

OCDE - Working Group on Bribery.

Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção

NOVEMBRO

4-5

Paris, França

OCDE - Meeting of the Working Party of Senior Public Integrity Officials (SPIO).

7-8

Santiago, Chile

OCDE-BID - Tercera Reunión de la Red de Integridad Pública de América Latina y el Caribe.

12-13

Paris, França

Paris Peace Forum

26-27

Cali, Colômbia

OCDE - Rede da OCDE de Governos Abertos e Inovadores da América Latina e do Caribe.

28-29

Paris, França

OCDE - 37ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa.

DEZEMBRO

1-2

Doha, Qatar

Lançamento da Estratégia Nacional para a Promoção da Integridade e da Transparência do Qatar e

Qatar International Forum on Integrity and Transparency: National Anti-Corruption Strategies and their Role in Achieving Sustainable Development.

Ouvidoria-Geral da União

NOVEMBRO

11-14

Cidade do México, México

XVIII Encuentro de la Red de Transparencia y Acceso a la Información.

13-15

Cidade do México, México

Semana Nacional de Transparencia 2019: Transparencia como una herramienta para la rendición de cuentas – una visión internacional.

Secretaria de Combate à Corrupção

NOVEMBRO

11-14

Buenos Aires, Argentina

Basic Compliance & Ethics Academy.

18-20

Medellín, Colômbia

INTERPOL Anti-Corruption and Asset Recovery Global Conference.

DEZEMBRO

9-13

Paris, França

OCDE - Working Group on Bribery.

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

